



SABERES MATEMÁTICOS NO POLO MOVELEIRO DE UBÁ (MG): APROXIMAÇÕES COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1966-1996)

Andréia Magalhães Dias Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – magalhaes.andreia@estudante.ufff.br

 <https://orcid.org/0009-0009-7903-2921>

Maria Cristina Araújo de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF – cristina.oliveira@ufff.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3346-1578>

GD5

Resumo: O presente trabalho apresenta uma pesquisa em fase inicial que investiga, sob uma perspectiva histórica, os saberes matemáticos presentes na formação e constituição do polo moveleiro de Ubá – MG. Tomamos como fonte de pesquisa os acervos das instituições: E. E. Coronel Camilo Soares, E. E. Raul Soares, Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e o Arquivo Histórico de Ubá – MG. Buscamos referências no âmbito da História Cultural, em teorias que consideram as disciplinas escolares como objetos históricos, a cultura escolar como elemento de análise e a história cultural da Educação Matemática. As análises preliminares indicam indícios de articulação entre escola e formação para o trabalho no contexto do polo moveleiro, sugerindo adequações no ensino relacionadas às demandas do setor produtivo local. Esses elementos contribuem para a delimitação do problema de pesquisa e o direcionamento das etapas subsequentes do estudo.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. Saberes Matemáticos. Formação Profissional. Polo Moveleiro.

1 Introdução

O presente projeto tem como propósito investigar, sob uma perspectiva histórica, os saberes matemáticos envolvidos no processo de formação e consolidação do polo moveleiro no município de Ubá - MG. Busca-se compreender em que medida os saberes matemáticos sofrem alterações visando à formação de mão de obra para o polo moveleiro de Ubá – MG.

Para fundamentar a análise proposta, serão mobilizadas diferentes fontes documentais, incluindo registros pertencentes ao acervo da E. E. Coronel Camilo Soares (1923) e da E. E. Raul Soares (1942), bem como os documentos disponíveis no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e no Arquivo Histórico do município de Ubá - MG. Neste artigo são analisados apenas os documentos da E. E. Raul Soares.

2 Fundamentação Teórica

A presente pesquisa fundamenta-se em estudos da História da educação e da História da educação matemática, ancorados na perspectiva da História Cultural. Nessa direção, Chervel (1990) contribui para a compreensão histórica das disciplinas escolares, enquanto Julia (2001) possibilita analisar a cultura escolar como espaço de produção, circulação e transformação de saberes.

No âmbito da História da educação matemática, Valente (2013) fornece subsídios para compreender a constituição histórica dos saberes matemáticos escolares, considerando finalidades, métodos e conteúdos presentes nos processos formativos. Garnica; Souza (2012), por sua vez, evidenciam o caráter interdisciplinar desse campo, articulando História, Educação e Matemática.

A pesquisa também se apoia em Goodson (1995), ao compreender o currículo como construção histórica atravessada por disputas, interesses e demandas sociais, perspectiva que permite analisar como determinados saberes matemáticos foram selecionados, reorganizados ou inviabilizados nos processos de formação de mão de obra voltados ao polo moveleiro de Ubá – MG.

No que se refere às fontes, Castanha (2011), Ragazzini (2001) e Le Goff (1994) oferecem suporte teórico metodológico para a análise da legislação educacional e dos documentos históricos compreendidos não como registros neutros, mas como produções socialmente situadas.

3 Abordagem metodológica

O aporte metodológico se apoia na operação historiográfica de Certeau (1982), segundo a qual o historiador, situado em um contexto específico, mobiliza práticas de seleção, questionamento e análise, constituindo as fontes como documentos a partir de problemas de pesquisa. Nesse sentido, os materiais localizados no acervo escolar foram selecionados e interrogados a partir da questão de pesquisa que investiga os saberes matemáticos mobilizados na formação para o polo moveleiro de Ubá – MG, sendo constituídos como fontes históricas.

No levantamento realizado no acervo do colégio Raul Soares, foi encontrada uma Declaração (1987) emitida por empresa do setor moveleiro de Ubá, na qual são atestados o vínculo empregatício e o horário de trabalho do estudante. À luz da História Cultural, tal documento pode ser compreendido não apenas como um registro administrativo, mas como prática que produz e dá legitimidade a determinadas posições sociais. Ao formalizar a condição de trabalhador/estudante, a declaração evidencia modos de reconhecimento institucional dessa identidade, construindo-a como elemento relevante na cultura escolar.

A explicitação da jornada de trabalho sugere que o tempo escolar não se organizava de forma autônoma, mas em diálogo com o tempo produtivo, marcado por horários fixos e exigências de cumprimento de jornada. Assim, o documento torna visível uma rede de relações na qual escola e setor moveleiro se entrelaçam, indicando que a escolarização desses sujeitos se constituía em meio a valores que atribuíam centralidade ao trabalho, aos ritmos da produção industrial e às expectativas de permanência ou ascensão no próprio setor.

Outro conjunto documental refere-se a autorizações emitidas pelo Juizado de Menores (1977), solicitadas pelas famílias para que seus filhos pudessem frequentar aulas no período noturno. A necessidade dessa mediação jurídica indica que a experiência escolar desses jovens era também atravessada por normas e procedimentos institucionais que envolviam a família, escola e Estado. Embora as autorizações não explicitem diretamente o exercício de atividade laboral, o pedido para estudar à noite sugere que o trabalho diurno compunha a organização de suas rotinas.

Nesse contexto, o trabalho desde cedo não se apresenta como exceção, mas como prática socialmente reconhecida e legitimada. Ao autorizar a frequência ao ensino noturno, o Juizado não intervia contra o trabalho dos menores, ao contrário, regulava as condições em que estudo e trabalho, ambos socialmente reconhecidos, poderiam conviver. Os documentos

analisados, portanto, evidenciam que a escolarização desses jovens se constituía no interior de uma trama institucional que articulava produção industrial, cultura escolar e regulação jurídica, revelando valores que conferiam centralidade à inserção produtiva na experiência juvenil.

Se os documentos administrativos permitiram compreender as condições sociais e institucionais em que se dava a escolarização dos jovens trabalhadores, as provas de Matemática do “Curso Especial de Suplência” (1996), encontradas neste acervo, oferecem acesso à outra dimensão dessa experiência: os saberes mobilizados no interior da sala de aula. As avaliações da 4ª série apresentam questões que mobilizam conhecimentos básicos de aritmética, operações fundamentais, frações, resolução de problemas voltados a situações do cotidiano, dinheiro, compra e venda.

Essa organização dos conteúdos sugere que a matemática escolar, embora formalmente centrada nos fundamentos da disciplina, dialogava de maneira indireta com a vida prática dos estudantes. Problemas envolvendo compra e venda ou cálculos de dinheiro podem ser lidos como uma aproximação didática das experiências de trabalho e do comércio que os estudantes já vivenciavam, fortalecendo a articulação entre escolarização e contexto produtivo.

Na visita ao acervo, com análise dos livros “Boletim de Frequência Diária e Resumo Mensal”, destacam-se as atas de reuniões pedagógicas que permitem compreender como as discussões coletivas evidenciam aproximações, tensionamentos ou reconfigurações no ensino de matemática em diálogo com o contexto produtivo local.

Em maio de 1966, as reuniões pedagógicas foram ministradas pelas professoras da 5ª série com os temas: “Frações na Escola Elementar” e “Divisão na Escola Elementar”. A análise das atas evidencia que, em diversas reuniões pedagógicas, o ensino da matemática constituiu pauta recorrente. Esse movimento sugere uma preocupação específica com a qualificação das práticas relacionadas a essa disciplina, seja por meio da troca de metodologias, seja pela busca de referências externas. Chama atenção o fato de não terem sido identificados, nos registros consultados até o momento, debates de natureza semelhante voltados a outras áreas do currículo. Tal recorrência pode indicar a centralidade atribuída à matemática no conjunto das práticas escolares da época, aspecto significativo para esta pesquisa, que busca compreender suas possíveis articulações com a formação para o trabalho.

Em 07/05/1966, foi realizada uma reunião pedagógica, dirigida pelas professoras da 4ª série, com o tema: “Relações Humanas, na família, no trabalho e na sociedade”. O termo “trabalho” na reunião pedagógica indica sua centralidade no projeto formativo da escola, evidenciando uma preocupação que ultrapassa conteúdos específicos e alcança a formação de atitudes e disposições voltadas à vida produtiva. Ao abordar as relações humanas no trabalho, a instituição sinaliza uma possível aproximação entre práticas escolares e organização no mundo laboral. Para esta pesquisa, tal registro é significativo, pois oferece indícios que o ambiente escolar estava atento à formação para o trabalho, aspecto fundamental para compreender em que medida a matemática ensinada se articulava à preparação de mão de obra e às demandas do contexto produtivo local.

Na reunião pedagógica de 17/03/1973, a diretora orientou a respeito das disposições da Lei 5692/71, destacando especificamente os artigos 1º, 7º, 11º e 14º. O artigo 1º merece atenção especial, ao estabelecer que o ensino de 1º e 2º graus deveria proporcionar ao educando formação voltada à autorrealização, à qualificação para o trabalho e ao preparo para o exercício consciente da cidadania. Tal enunciado explicita a centralidade atribuída à dimensão produtiva na organização do ensino durante o período, ao inscrever a qualificação para o trabalho como objetivo geral da escolarização. No contexto das escolas investigadas, situadas em uma cidade marcada pela expansão moveleira, esse princípio legal ganha contornos particulares. A presença significativa de estudantes inseridos no setor produtivo local e a oferta do ensino noturno evidenciam que a qualificação para o trabalho não se apresentava como diretriz abstrata na legislação, mas como dimensão concreta da experiência escolar. Nesse cenário, a matemática escolar pode ser compreendida como parte de um projeto formativo que articulava saberes básicos à preparação para inserção e permanência no mundo do trabalho. Observa-se que essa atenção à lei não era isolada, pois registros de outras escolas da cidade indicam que as orientações sobre a Lei 5692/71 eram recorrentes, demonstrando um esforço sistemático das diretoras para integrar a legislação às práticas pedagógicas cotidianas.

4 Considerações Preliminares

Embora a pesquisa se encontre em fase inicial, as primeiras análises das fontes e as visitas de campo realizadas já evidenciam indícios da articulação entre a formação escolar e a preparação para o trabalho na indústria moveleira de Ubá – MG. Os materiais analisados

apontam para possíveis aproximações entre o ensino escolar e as demandas do setor produtivo local, aspecto que dialoga diretamente com o problema de pesquisa

Paralelamente, avançam a consolidação do referencial teórico e a definição dos procedimentos metodológicos, etapas que têm possibilitado delimitar com maior precisão o objeto de investigação e refinar as questões analíticas. Como próxima etapa, pretende-se ampliar a investigação no acervo documental identificado, considerando sua extensão e potencial para a pesquisa. Assim, os achados parciais indicam caminhos promissores para compreender em que medida a matemática sofre modificações em função das demandas formativas do contexto industrial local.

Referências

BRASIL. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: [Legislação Informatizada - LEI Nº5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971 - Publicação Original](#). Acesso em: 17 Fev. 2026.

CASTANHA, André Paulo. O Uso da Legislação Educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR on-line*, V. especial, p. 309 – 331, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.2, p. 177-229, 1990.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti; SOUZA, Luzia Aparecida. *Elementos de História da Educação Matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GOODSON, Ivor. Estudando o currículo: uma perspectiva construcionista social. In: GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria & História*. Petrópolis. Vozes, 1995. P.67-79

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista brasileira de história da educação*, n.1, p. 10-43, 2001.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora Unicamp, 1994. P. 207-233.

RAGAZZINI, Dario. *Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?* Educar, Curitiba, UFPR, n.18, 2001, p. 13-28.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre a história da Educação Matemática. *REMATEC Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, v. 8, p. 22-50, 2013.